

**4º SIMULADO TÉCNICO**

**MPU**



**Estratégia**  
CONCURSOS

## CARTÃO DE RESPOSTAS - SIMULADO TÉCNICO MPU

**NOME:**

### INSTRUÇÕES

- Verifique o seu nome, o número da sua inscrição e os demais dados impressos neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**. Escreva o seu nome e assine nos locais apropriados somente quando autorizado pelo aplicador da prova, no momento da identificação.
- Marque as respostas neste **CARTÃO DE RESPOSTAS**, no campo correspondente a cada questão.
- O **CARTÃO DE RESPOSTAS** é o único documento que será utilizado para a correção de sua prova objetiva. Não amasse, não dobre nem rasure o seu **CARTÃO DE RESPOSTAS**. As marcações no **CARTÃO DE RESPOSTAS** só podem ser feitas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira (grafite) e(ou) borracha.
- Em nenhuma hipótese haverá substituição deste **CARTÃO DE RESPOSTAS** por erro de preenchimento do candidato.
- Não é permitida marca identificadora nesta parte do **CARTÃO DE RESPOSTAS**.
- Após o preenchimento do **CARTÃO DE RESPOSTAS** passe as respostas para o formulário **ONLINE** para participar do Ranking Geral do MPU.
- O formulário pode ser acessado na página do **MPU** no Blog do **Estratégia Concursos**.

### FOLHA DE RESPOSTAS

	CERTO	ERRADO
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

	CERTO	ERRADO
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		
54		
55		
56		
57		
58		
59		
60		

	CERTO	ERRADO
61		
62		
63		
64		
65		
66		
67		
68		
69		
70		
71		
72		
73		
74		
75		
76		
77		
78		
79		
80		
81		
82		
83		
84		
85		
86		
87		
88		
89		
90		

	CERTO	ERRADO
91		
92		
93		
94		
95		
96		
97		
98		
99		
100		
101		
102		
103		
104		
105		
106		
107		
108		
109		
110		
111		
112		
113		
114		
115		
116		
117		
118		
119		
120		

TEXTO I

"Não há crime mais sério do que a corrupção", diz Moro

O juiz federal Sergio Moro, que conduz as ações penais da Operação Lava Jato na 1ª instância desde 2014, citou um discurso do ex-presidente dos EUA Theodore Roosevelt (1901-1909), de 1903, ao condenar o ex-senador Gim Argello (PTB-DF) a 19 anos de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e obstrução à 5 investigação de organização criminosa.

Moro destacou, segundo a fala do líder americano: "não existe crime mais sério do que a corrupção".

A investigação mostrou que Gim Argello recebeu R\$ 7,35 milhões da UTC Engenharia, da Toyo Setal e da OAS, em 2014.

10 Segundo a força-tarefa da Procuradoria da República e da Polícia Federal, os repasses de propinas foram feitos via doações eleitorais - R\$ 5 milhões da UTC Engenharia, R\$ 2 milhões da Toyo Setal e R\$ 3.50 mil da OAS, este montante destinado à Paróquia São Pedro, em Taguatinga. As empreiteiras teriam pago o então senador em 2014 para que seus executivos fossem blindados de duas CPIs 15 da Petrobras.

Na decisão, o juiz da Lava Jato anotou que tornaria a 'liberdade de citar trecho de um eloquente discurso do presidente norte-americano Theodore Roosevelt, de 7 de dezembro de 1903, a respeito dos males da corrupção pública e da necessidade de uma atuação vigorosa das instituições públicas a esse respeito'.

20 "Não existe crime mais sério do que a corrupção. Outras ofensas violam uma lei enquanto a corrupção ataca as fundações de todas as leis", assinalou o juiz da Lava Jato.

"Sob nossa forma de Governo, toda a autoridade está investida no povo e é por ele delegada para aqueles que o representam nos cargos oficiais. Não existe 25 ofensa mais grave do que a daquele no qual é depositada tão sagrada confiança, quem a vende para seu próprio ganho e enriquecimento, e não menos grave é a ofensa do pagador de propinas. Ele é pior que o ladrão, porque o ladrão rouba o indivíduo, enquanto que o agente corrupto saqueia uma cidade inteira ou o Estado. Ele é tão maligno como o assassino, porque o assassino pode somente tomar uma 30 vida contra a lei, enquanto o agente corrupto e a pessoa que o corrompe miram, de forma semelhante, o assassinato da própria comunidade."

Moro anotou ainda: "O governo do povo, pelo povo e para o povo irá perecer da face da terra se a corrupção for tolerada. Os beneficiários e os pagadores de propinas possuem uma malévolos preeminência na infâmia. A exposição e a punição 35 da corrupção pública são uma honra para uma nação, não uma desgraça. A vergonha reside na tolerância, não na correção. Nenhuma cidade ou Estado, muito

40 nossa parcela de responsabilidade pela culpa. O primeiro requisito para o autogoverno bem-sucedido é a aplicação da lei, sem vacilos, e a eliminação da corrupção."

Na mesma sentença que condenou Gim Argello, o juiz da Lava Jato impôs ao empreiteiro Léo Pinheiro, da OAS, 8 anos e 2 meses de reclusão por corrupção ativa e lavagem de dinheiro. Outro empreiteiro, Ricardo Pessoa, da UTC Engenharia, 45 pegou 10 anos e seis meses de prisão pelos mesmos crimes.

O executivo Walmir Pinheiro Santana, ligado à UTC, foi condenado a 9 anos, 8 meses e 20 dias de reclusão por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e obstrução à investigação de organização criminosa.

50 Ricardo Pessoa e Walmir Santana são delatores da Lava Jato e vão cumprir penas estabelecidas em seus acordos de colaboração premiada.

Léo Pinheiro tentou fechar acordo de cooperação com a Procuradoria-Geral da República, mas as negociações fracassaram após vazamento de informação. Ele foi preso pela segunda vez na Lava Jato em setembro deste ano.

(Magno Martins, com adaptações)

A respeito de aspectos linguísticos e semânticos do texto I, julgue os itens a seguir.

1. Depreende-se do texto que Gim Argello, Léo Pinheiro e Ricardo Pessoa foram condenados pelos mesmos crimes.
2. É possível concluir da comparação presente na citação de Roosevelt que os agentes corruptos causam maior dano que os assassinos e os ladrões, tendo em vista a maior abrangência de seus delitos.
3. Depreende-se do texto que atitudes como aplicar a lei, sem hesitação, e eliminar a corrupção são pré-requisitos imprescindíveis para o sucesso do autogoverno, embora não sejam os únicos.

4. A substituição de "miram" (l.30) por "visam" não causaria prejuízo aos sentidos originais nem à correção do texto.

5. A forma verbal "teriam" (l.13) sugere no contexto uma ação vista como consumada e explicita o elevado grau certeza que o autor possui sobre a veracidade do fato apresentado.

6. O emprego do acento gráfico nas palavras "nós" e "há" justifica-se pela mesma regra de acentuação.

7. A vírgula que antecede o pronome relativo "que" (l.1) poderia ser suprimida sem qualquer prejuízo à correção do texto ou à coerência do texto. No entanto, o sentido original seria alterado.

8. A forma verbal **pode** (l.37) está no singular para concordar com seu sujeito, o termo "a Nação". Contudo, pela ideia de inclusão que se infere do texto, o verbo poderia ser flexionado no plural — **podem** — sem prejuízo à correção gramatical ou à coerência do texto.

9. O trecho "por corrupção, lavagem de dinheiro e obstrução à investigação de organização criminosa" (l.4.5) introduz a causa da condenação do ex-senador Gim Argello (PTB.DF) a 19 anos de prisão.

10. Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos originais do texto, o seu segundo parágrafo poderia ser assim reescrito: Moro destacou, citando o líder americano Theodore Roosevelt, que não existia crime mais sério do que a corrupção.

11. No trecho "Se nós falharmos em dar tudo o que temos" (l.37.38), a substituição de "Se" por "Caso" não prejudicaria a correção gramatical do texto.

12. Haveria prejuízo à coerência textual caso o trecho "no qual" (l.25) fosse substituído por "em quem".

TEXTO II

**Não podemos fabricar a felicidade**

O escritor, ensaísta e filósofo francês Pascal Bruckner é autor de livros de ficção e de não ficção. Seu romance *Lua de fel'* se tornou um filme bastante elogiado, dirigido pelo polonês Roman Polanski.

Reconhecido crítico do multiculturalismo, apoia o direito à especificidade das minorias étnicas, religiosas e culturais, defendendo a sua assimilação respeitosa pela comunidade que os recebe, retomando todo um debate que reacende o Iluminismo. Além de proferir palestras pelo mundo, Bruckner também participa de programas de televisão e é colaborador de uma das principais revistas francesas, a *Le Nouvel Observateur*.

Pascal Bruckner afirma que a felicidade é um estado de graça e não um sentimento permanente e, por isso, nunca podemos produzi-la a partir de algo. Somos felizes por alguns instantes e, depois, esse sentimento se transforma em nostalgia e angústia.

Bruckner pondera: "A felicidade é uma coisa que acontece com a gente, me parece. Não é algo que provocamos apenas pela força do desejo, pois, se provocássemos a felicidade apenas pela força do desejo, todos nós seríamos felizes para sempre. Todos nós conhecemos esses momentos aflitivos, como quando organizamos nossas férias com os melhores amigos. Escolhemos a mais bela casa à beira mar, a melhor localização, a melhor estação, os melhores amigos, e então por uma série de acasos infelizes, as férias são uma catástrofe. Os amigos são odiados, o tempo está chuvoso (como acontece com frequência na França), o mar está agitado, a casa tem muitos defeitos e, quinze dias depois, todos vão embora aborrecidos jurando nunca mais se encontrar nas semanas seguintes.

Ao contrário, todos nós já tivemos a experiência dessas festas que esperamos com certa apreensão, com pessoas que não conhecemos ou de quem não gostamos muito e, pelo milagre de uma fusão, ou de uma correspondência, acaba sendo uma festa maravilhosa, onde alguma coisa, um fluido passa entre os convivas.

<https://www.pensarcontemporaneo.com/nao-podemos-fabricar-a-felicidade-por-pascal-bruckner/>

Com referência aos sentidos do texto precedente e às estruturas linguísticas nele empregadas, julgue os itens a seguir.

13. De acordo com as informações do texto, a felicidade é uma condição transitória e precede emoções que podem ser negativas.

14. A conjunção "pois" (l.15) possui valor conclusivo.

15. Infere-se do texto que a felicidade depende também de variáveis alheias ao desejo e que o acaso pode conduzir as experiências a desfechos que contrariam as expectativas das pessoas.

16. Na estruturação do texto, os dois primeiros parágrafos são introdutórios, mas não foram utilizados para anunciar a ideia central do texto, mas sim para construir uma imagem de autoridade do escritor francês.

17. O sujeito da forma verbal "Escolhemos" (l.18) é simples e tem como referente "todos nós".

18. A partícula "se" (l.23) possui valor reflexivo, com sentido de "uns aos outros".

19. O acento indicativo de crase em "à beira-mar" (l.19) poderia ser suprimido, sem prejuízo gramatical.

20. Sem prejuízo à correção gramatical, na forma "se tornou" (l.2), a partícula "se" poderia ser deslocada e posicionada após "tornou" — tornou-se.

**Legislação Aplicada ao MPU**  
**Prof. Tiago Zanolla e Prof. Renan Araújo**

21. Dart Veiderson, Procurador da República, ao analisar determinado caso, constatou indícios de tráfico de drogas e também de exploração sexual infantil. Nessa situação, dada a urgência e periculosidade dos crimes, Dart Veiderson poderá decretar a prisão dos suspeitos.

22. O MP é uma Instituição que atua paralelamente ao Judiciário, cuja finalidade é auxiliar no exercício da Jurisdição.

23. Apenas membro do último nível da carreira pode ser nomeado para ser Corregedor-Geral.

24. Durante a execução orçamentária do exercício, em determinada hipótese, poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias

25. Os membros do Ministério Público adquirirão, após dois anos de efetivo exercício, a garantia da vitaliciedade, inamovibilidade e da irredutibilidade dos subsídios.

26. De acordo com o texto constitucional, é função institucional do Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei, podendo instaurar inquérito policial.

27. Os membros do Ministério Público da União, durante o estágio probatório, somente poderão perder o cargo mediante decisão da maioria absoluta do respectivo Conselho Superior.

28. À promoção por merecimento só poderão concorrer os membros do Ministério Público da União com pelo menos dois anos de exercício na categoria e integrantes da primeira quinta parte da lista de

antiguidade, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago.

**29.** Não poderá concorrer à promoção por antiguidade quem tenha sofrido penalidade de censura ou suspensão, no período de um ano imediatamente anterior à ocorrência da vaga, em caso de censura; ou de dois anos, em caso de suspensão.

**30.** Na indicação à promoção por antiguidade, o Conselho Superior somente poderá recusar o mais antigo pelo voto de dois terços de seus integrantes, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação

**31.** O Procurador-geral da república, ouvido o Conselho Superior de Assessoramento, decidirá sobre a homologação do concurso de membros do Ministério Público da união, dentro de trinta dias, contados da publicação do resultado final.

**32.** São atribuições do Procurador-geral da República, como Chefe do Ministério Público da União encaminhar ao Presidente da República a lista tríplice para nomeação do Procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

**33.** Dentre as atribuições do Procurador-geral da República, como Chefe do Ministério Público da União, está a de exercer o poder regulamentar, no âmbito do Ministério Público da União, ressalvadas as competências estabelecidas na Lei Complementar n. 75/1993 para outros órgãos nela instituídos.

**34.** O Conselho de Assessoramento Superior poderá propor aos Conselhos Superiores dos diferentes ramos do Ministério Público da União medidas para uniformizar os atos decorrentes de seu poder normativo.

**35.** Em cada Estado e no Distrito Federal será designado, pelo Procurador-geral da República, órgão do Ministério Público Federal para exercer as funções do ofício de Procurador Regional dos Direitos do Cidadão.

**36.** As ouvidorias do Ministério Público são competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.

**37.** Segundo a Constituição Federal, o ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação

**38.** Os Procuradores-gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei ordinária respectiva.

**39.** A distribuição de processos no Ministério Público será efetuada em até 24 horas.

**40.** Compete ao Colégio de Procuradores da República elaborar, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, a lista tríplice para a composição do Superior Tribunal de Justiça, sendo elegíveis os membros do Ministério Público Federal, com mais de dez anos na carreira, tendo mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

### ***Acessibilidade – Prof. Ricardo Torques***

Em relação à Lei 13.146/2015, julgue os itens subsecutivos:

**41.** Tratam-se de barreiras arquitetônicas aquelas existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.

**42.** O conceito de residências inclusivas abrange a moradia com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência.

43. A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário para o recebimento de restituição de imposto de renda. Esse direito não é extensivo ao acompanhante da pessoa com deficiência.

44. Terá direito a auxílio-inclusão, nos termos da lei, a pessoa com deficiência moderada ou grave que receba o benefício de prestação continuada, BPC-LOAS, e que passe a exercer atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS.

45. Constitui crime punível com detenção de 2 a 5 anos e multa negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção à pessoa em razão de sua deficiência.

### *Ética no Serviço Público* *Prof. Herbert Almeida*

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens seguintes.

46. O servidor que utilizar, em proveito próprio, bens integrantes do acervo patrimonial de órgão ou entidade pública cometerá, ainda que culposamente, ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.

47. **Situação hipotética:** João Dilapidando de Souza é servidor público e causou prejuízo ao erário ao frustrar a licitude de processo licitatório. Contudo, logo após ser condenado, faleceu antes de ressarcir o erário. **Assertiva:** os herdeiros de João terão que ressarcir o erário, ainda que não haja patrimônio transferido a título de herança.

48. Um servidor condenado por ato de improbidade administrativa estará sujeito, entre outras cominações, ao ressarcimento ao erário, ainda que o seu ato não tenha causado dano ao patrimônio público.

### *Ética no Serviço Público* *Prof. Paulo Guimarães*

49. Nos termos do Código de Conduta do MPU, estabelecido pela Portaria PGR/MPU 98/2017, ao servidor é vedado manifestar-se em nome da Instituição, mesmo quando autorizado pela autoridade competente, nos termos da política interna de comunicação social.

50. Os integrantes da Comissão Permanente de Ética estabelecido pela Portaria PGR/MPU 98/2017 desempenharão suas atividades com prejuízo do exercício das atribuições funcionais inerentes a seus cargos efetivos, funções de confiança ou cargos em comissão.

### *Direito Constitucional - Prof. Ricardo Vale*

Analise as seguintes assertivas referentes a direitos fundamentais:

51. Segundo o STF, a política de cotas raciais em concursos públicos é medida tendente a realizar a igualdade material, admitindo-se apenas a adoção do critério de auto declaração como forma de evitar condutas fraudulentas.

52. A liberdade de manifestação do pensamento não pode ser restringida pelo exercício ilegítimo da censura estatal, ainda que praticada em sede jurisdicional.

53. O Tribunal de Contas da União (TCU) tem competência para requisitar informações relativas a operações de crédito originárias de recursos públicos.

54. A União poderá invocar a garantia da irretroatividade da lei como forma de afastar a aplicação, no caso concreto, de norma considerada inconstitucional em decisão definitiva pelo Supremo Tribunal Federal

55. O militar que tenha menos de dez anos de serviço deverá se afastar da atividade para que possa se candidatar, retornando ao exercício da função caso não seja eleito.

Acerca da Emenda Constitucional nº 97/2017, que instituiu no Brasil a cláusula de barreira, analise as assertivas a seguir:

**56.** Parlamentar eleito por partido político que não cumpre a cláusula de barreira poderá, sem a perda do mandato, se filiar a outro partido que preenche os requisitos constitucionais para obter acesso aos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e televisão.

**57.** A partir das eleições de 2020, não serão admitidas coligações nas eleições realizadas pelo sistema majoritário.

Analise as seguintes assertivas sobre o Poder Legislativo:

**58.** As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) são instaladas mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos membros da Casa Legislativa, com o objetivo de investigar fato determinado e por prazo certo. A duração dos trabalhos de CPI poderá ser prorrogada sucessivas vezes, desde que dentro da mesma legislatura.

**59.** O Supremo Tribunal Federal (STF) poderá aplicar medidas cautelares aos congressistas, tais como a obrigação de recolhimento domiciliar no período noturno e a suspensão do exercício de função pública. A aplicação dessas medidas cautelares independe de deliberação da Casa Legislativa à qual pertence o parlamentar.

Acerca dos órgãos do Poder Judiciário, analise as assertivas a seguir:

**60.** Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal

**61.** Os membros do Ministério Público da União (MPU) que oficiam perante Tribunais serão processados e julgados, originariamente, nos crimes comuns e de responsabilidade, pelo Supremo Tribunal Federal.

**62.** Os atos de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público,

dependerão de decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

Acerca das funções essenciais à Justiça, analise as assertivas a seguir:

**63.** O Ministério Público a e Defensoria Pública poderão propor ação civil pública, que poderá ter como objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

**64.** O Ministério Público não pode propor ação civil pública para impugnar a cobrança de tributos, em defesa de contribuinte.

**65.** Segundo o STF, em virtude do princípio da unicidade orgânica, é inconstitucional a criação de procuradorias autárquicas pelos Estados-membros.

### **Direito Administrativo. Prof. Herbert Almeida**

Sobre os atos e poderes administrativos e a organização administrativa, julgue os itens abaixo.

**66.** O ato de registro de aposentadoria de servidor público constitui ato administrativo complexo, uma vez que somente se aperfeiçoa com a efetivação do registro pelo tribunal de contas. Nesse caso, em regra, é dispensável a concessão do contraditório e ampla defesa.

**67.** A exigibilidade representa a utilização de meios indiretos de coação, como ocorre, por exemplo, com a obrigação de quitar as multas de trânsito como condição para renovar a documentação de um veículo.

**68.** A revogação do ato de delegação constitui modalidade de avocação de competência administrativa.

**69.** A cobrança de taxa de polícia só é legítima nos casos em que há fiscalização *in loco* do estabelecimento que solicita o alvará de funcionamento.

**70.** Autarquia sob regime especial constitui qualificação especial concedida às autarquias que

tenham firmado contrato de gestão com o ministério supervisor e tenham um plano estratégico de desenvolvimento institucional em andamento.

**71.** A criação de entidade administrativa submete-se ao princípio da reserva legal, uma vez que depende de lei específica para criar ou autorizar a criação da entidade.

A respeito das licitações públicas, julgue os itens a seguir.

**72.** A administração poderá alterar unilateralmente os quantitativos registrados na ata de registro de preços, desde que observado o acréscimo máximo de vinte e cinco por cento por item.

**73.** Será dispensável a licitação para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

**74.** No pregão, o prazo de validade das propostas será de sessenta dias, salvo disposição específica do edital.

Sobre o controle da administração pública, o processo administrativo e a responsabilidade civil do Estado, julgue as questões a seguir.

**75.** A ação de improbidade administrativa constitui exemplo de controle judicial da atuação da administração pública.

**76.** O princípio da oficialidade, inerente aos processos administrativos, representa a possibilidade que a administração possui de instaurar processos de ofício, conduzir a instrução e dar os impulsionamentos independentemente de provocação das partes e, se for o caso, rever as suas decisões de ofício.

**77.** O motorista de uma concessionária de serviço público de transporte municipal responde objetivamente pelos danos que, nesta qualidade, causar a terceiros, usuários ou não usuários do serviço.

Julgue os itens a seguir com base na Lei nº 8.112/1990 e nas disposições constitucionais aplicáveis aos agentes públicos.

**78.** O prazo para posse em cargo público é de quinze dias, contados da publicação do ato de provimento.

**79. Situação hipotética:** Vilma trabalha em condição insalubre e perigosa, fazendo jus ao pagamento dos adicionais de insalubridade e de periculosidade.

**Assertiva:** nessa situação, Vilma terá que optar por um dos dois, uma vez que a legislação veda o pagamento cumulativo desses adicionais.

**80.** A lei estabelecerá as condições e percentuais mínimos dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

### *Noções de Administração – Prof. Carlos Xavier*

**81.** Há ampla despersonalização nos relacionamentos no modelo burocrático adotado no Brasil.

**82.** A Teoria da Burocracia enfatiza as comunicações formais e oficiais na Administração Pública, a qual deveria ser composta por funcionários que possuam mérito profissional.

**83.** A Administração por Objetivos, que consiste em estabelecer metas e gerar planos de ação a qual foi a precursora dos estudos sobre motivação e liderança.

**84.** As decisões do tipo não programadas são requeridas para situações novas, não enfrentadas anteriormente pela organização.

**85.** Tarefa é a menor divisão do trabalho, sendo exclusivamente operacional.

**86.** A Estrutura Analítica de Projetos – EAP – é uma decomposição do escopo total do projeto em partes hierarquizadas, para que a execução possa alcançar os objetivos do projeto e criar as entregas requeridas.

**87.** O plano de marketing é exemplo de um plano tático.

**88.** A missão de uma organização é atemporal e está voltada para sua própria razão de ser.



**89.** Como resultado da análise das cinco forças de Porter, a empresa pode adotar a estratégia de liderança no custo total, a qual consiste em criar aspectos do produto que sejam considerados únicos pelo cliente.

**90.** A estrutura organizacional exerce influência na criação e propagação de uma cultura.

**91.** Ao afirmar que o ser humano não gosta do trabalho e precisa ser controlado, McGregor, na teoria X de motivação, defende que as decisões devem ser descentralizadas para que os subordinados se sintam empoderados e estimulados na execução das tarefas.

**92.** Segundo a teoria do reforço, o comportamento será resultado de estímulos do ambiente. Nesse sentido, o reforço negativo consiste na retirada de elementos positivos que o funcionário recebia, após a constatação de um comportamento indesejado.

**93.** O processo de avaliação de desempenho contribui para a melhoria do rendimento nas organizações. Nesse contexto, é possível o surgimento de erros de avaliação, como, por exemplo, o efeito Halo, decorre de notas intermediárias atribuídas pelo examinador aos avaliados.

**94.** A análise de cargos diz respeito a aspectos extrínsecos do cargo, levando em conta quais os conhecimentos, habilidades e atitudes exigidos.

**95.** A qualidade de vida no trabalho representa o grau em que os membros da organização são capazes de satisfazer as suas necessidades por meio de suas experiências na organização.

**96.** Um programa de educação corporativa é uma prática organizacional com orientação estratégica de longo prazo, que busca articular coerentemente as competências individuais e organizacionais no contexto mais amplo da empresa.

**97.** Ações de treinamento que estejam em consonância com os objetivos do planejamento estratégico garantem que os funcionários atinjam as competências desejadas de forma a suprir os *gaps* de competências identificados.

**98.** As políticas e atividades de gestão de pessoas devem contribuir para que as instituições públicas

alcancem os objetivos e metas estabelecidos em seus planos organizacionais.

**99.** Treinamento é um processo voltado para aquisição de conhecimentos, habilidades e competências relativos ao desenvolvimento do profissional por competências.

**100.** O planejamento estratégico pode ser desenvolvido por meio das seguintes etapas: diagnóstico estratégico; missão da empresa; instrumentos prescritivos e quantitativos; e controle e avaliação.

### *Arquivologia – Prof. Carlos Xavier*

**101.** Arquivamento é a atividade de guarda de documentos no mobiliário respectivo.

**102.** Um fundo aberto é o conjunto de documentos organicamente produzidos e recebidos por uma organização.

**103.** Arquivos correntes podem ter três destinações: o arquivo intermediário, o arquivo permanente, a eliminação.

**104.** A tabela de temporalidade de um órgão público deve obedecer a prazos mínimos de classificação arquivística para as três idades.

**105.** A guarda de arquivos intermediários não costuma se dar na proximidade do seu usuário.

### *Administração Financeira e Orçamentária – Prof. Sérgio Mendes*

**106.** Se o prazo para pagamento de determinada operação de crédito for inferior a doze meses e se as respectivas receitas constarem do orçamento, a operação será incluída na dívida pública flutuante.

**107.** O anexo de metas fiscais, que integra o projeto de LDO, deve dispor sobre a avaliação do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

**108.** O órgão público que precisar descentralizar dotações do seu orçamento para unidades gestoras de outro órgão público deverá realizar um repasse.

**109.** A Lei Complementar nº 101/2000, no que se refere ao controle da despesa com pessoal, estabelece que mesmo que o Poder exceda a 95% do limite para a despesa com pessoal pode haver reposição decorrente de falecimento de servidor para a área de assistência social.

**110.** Determinado órgão público empenhou despesa com serviços de manutenção de ar condicionado, para o período de janeiro a novembro de 2017, no valor de R\$ 110.000,00. Por lapso do contador, a despesa referente ao mês dezembro de 2017 não foi empenhada. Nestas condições, no exercício de 2018, tal despesa deve ser empenhada no elemento de despesas de exercícios anteriores.

**111.** Os créditos adicionais gerados a partir de anulação parcial ou total de dotação orçamentária provocam aumento dos valores globais da lei orçamentária, uma vez que envolvem somente despesas.

**112.** Durante o exercício financeiro, verificou-se que, em um ente público, a dotação para serviços de manutenção de equipamentos de informática foi dimensionada a menor. Em decorrência disso, pode ser solicitada a abertura de um crédito adicional suplementar com recursos de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Anterior.

**113.** De acordo com o princípio da universalidade, a lei não poderá conter dispositivo estranho à fixação das despesas e à previsão das receitas.

**114.** O princípio do Orçamento Bruto obriga registrarem-se receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções. Ressalvam-se dessa proibição os valores que se referirem às transferências voluntárias.

**115.** Em 29/11/2017, o ordenador de despesa do Ministério Público da União emitiu empenho no valor de R\$ 70.000,00 para a aquisição de material de consumo que deveria ser entregue em 10/01/2018. Na data acordada, o material adquirido foi entregue pelo fornecedor, sendo que a despesa empenhada foi liquidada e paga nessa mesma data pelo valor do empenho. Assim, de acordo com a legislação vigente, em 31/12/2017, o valor de R\$ 70.000,00 foi inscrito em Restos a Pagar não processados a liquidar.

### *Promoção da Igualdade Racial - Prof. Ricardo Torques*

A respeito da Lei nº 12.288/2010, que disciplina o Estatuto da Igualdade Racial, julgue os itens seguintes:

**116.** Os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas

**117.** O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana não compreende a coleta de contribuições financeiras de pessoas naturais e jurídicas de natureza privada para a manutenção das atividades religiosas e sociais das respectivas religiões.

De acordo com a Convenção Internacional sobre Todas as Formas de Discriminação Racial, julgue o item seguinte:

**118.** No que se refere às comunicações interestaduais, se um Estado Parte julgar que outro Estado igualmente Parte não aplica as disposições da Convenção poderá chamar a atenção do Comitê. O Comitê transmitirá, então, a comunicação ao Estado Parte interessado. Num prazo de seis meses, o Estado destinatário submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas pelo referido Estado.

A respeito da Lei 12.990/2014, julgue o item seguinte:

**119.** Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

A respeito da Recomendação CNMP 40/2016, julgue o item seguinte:

**120.** A Recomendação 40/2016 faz referência ao caso Simone Diniz em suas considerações iniciais. Tal caso foi julgado pela Corte Interamericana, a qual recomendou ao Brasil que realize as modificações legislativas e administrativas necessárias para que a legislação antirracismo seja efetiva.